



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Da Sra. Alice Portugal)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para tratar das implicações da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.

Senhora Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base nos art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, a realização de audiência pública para tratar das implicações da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e entre outras providências, revoga as prestações de Serviço Social no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS que, até então, eram devidas aos segurados e dependentes, por força do artigo 18 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Solicito que sejam convidados (as):

- Sr. Renato Vieira, presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- Sr. Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho;
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

- Representante da Federação Nacional de Sindicatos dos Trabalhados em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS;
- Representante do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS;
- Sr. Luís Fernando Silva, representante do Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos - CNASP;
- Sr. Alexandre Barreto Lisboa, presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e da seguridade Social - ANASPS.

JUSTIFICAÇÃO

Os convidados têm importante contribuição para o Parlamento Brasileiro de assuntos relacionados aos servidores públicos, em especial, a prestação de Serviço Social no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS e os danos causados com a edição da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, dentre uma série de questões que avaliamos como um erro e retrocessos no campo do trabalho e da proteção social dos/as trabalhadores/as brasileiros e suas famílias. Face ao exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2019.

Deputada Alice Portugal

PCdoB/BA